

PL prevê incluir famílias homoafetivas nos programas sociais de São Paulo

(Alesp, 07/07/2016) A deputada Márcia Lia (PT) protocolou PL que propõe a inclusão de cláusula nos convênios e contratos firmados pelo governo do Estado reconhecendo a união estável homoafetiva como uma unidade familiar. O PL tem como proposta assegurar às famílias formadas a partir de uma união estável homoafetiva o direito de se inscrever em todo e qualquer programa desenvolvido pelo Estado e neles serem reconhecidas como unidade familiar.

A proposta apresenta ainda artigo que indica a criação de uma cláusula específica em convênios e contratos do Estado que contemplem e reconheçam tais famílias. O projeto de lei garante atendimento igualitário para pais, mães e filhos de famílias homoafetivas em escolas estaduais, inscrição nos programas de habitação e fichas compartilhadas no sistema de saúde, entre outros.

O documento surgiu de demandas apresentadas pela comunidade LGBT durante as audiências públicas organizadas pela deputada. Segundo os relatos, apesar de a união homoafetiva ser reconhecida no Brasil, existe uma dificuldade de reconhecimento dos casais como unidades familiares no atendimento de programas e serviços estaduais. De forma geral, o tratamento é feito como se fossem duas pessoas solteiras, e não um par.

No texto do PL, a deputada Márcia Lia afirma que o direito à liberdade e à dignidade deve ser respeitado, independentemente do gênero, “não se permitindo então qualquer meio de preconceito ou discriminação”.

A deputada lembra que, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu as uniões homoafetivas como entidades familiares, estendendo a estas relações a mesma proteção destinada à união estável prevista no artigo 226, § 3º, da Constituição Federal (CF), e no artigo 1723, do Código Civil. Em

2013, os cartórios foram obrigados a registrar as uniões. Desta forma, casais formados por pessoas do mesmo sexo passaram a ter os mesmos direitos e deveres civis de casais heterossexuais. “Assim, também os programas estaduais devem reconhecer e garantir o acesso à inscrição de homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e lésbicas que mantenham união estável homoafetiva, como entidade familiar”, afirma a deputada.

Segundo dados do IBGE, o Brasil tem 60 mil casais em relação homoafetiva declarada. No entanto, há outros tantos milhares não declarados por conta do preconceito e da discriminação. Toda a comunidade LGBT brasileira está perto de 18 milhões de pessoas. O mesmo levantamento do IBGE, realizado em 2015, aponta o registro de 2.414 casamentos entre homens e 2.440 casamentos entre mulheres desde a criação da lei. Nos dois casos, os maiores percentuais regionais estão no Estado de São Paulo, com cerca de 25% dos registros.

Em maio de 2015, a deputada organizou a audiência “Enfrentamento à Violência contra a População LGBT”, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Alesp, da qual é membro. Na ocasião, foi proposta a criação de ferramentas e mecanismos para diminuir os casos de abusos contra a comunidade LGBT e reforçar a necessidade de igualdade de direitos na sociedade como um todo, mas especialmente na rede pública de atendimento. Em junho de 2016, a deputada promoveu ato solene em homenagem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, junto com a deputada Leci Brandão (PCdoB), e a entidade SOS Racismo. O evento celebrou a resistência diante do preconceito, das agressões e discriminações sociais e homenageou militantes, entidades e artistas da causa LGBT.

Acesse no site de origem: [PL prevê incluir famílias homoafetivas nos programas sociais de São Paulo \(Alesp, 07/07/2016\)](#)

Reduzir desigualdade vai além de dar dinheiro a pobres, diz Fundação Ford

(Folha de S. Paulo, 14/05/2016) Lutar contra a desigualdade vai além de dar dinheiro aos mais pobres. É preciso enfrentar preconceitos e narrativas culturais arraigadas que inibem o avanço de grupos marginalizados pela sociedade.

A opinião é de Darren Walker, 56, presidente da Fundação Ford, uma das principais instituições filantrópicas do mundo.

A organização possui um fundo patrimonial de US\$ 12 bilhões. Os rendimentos desses recursos, investidos, permitem a ela realizar doações e investimentos sociais em diferentes países - ela possui escritório no Brasil desde 1962.

Leia abaixo trechos de entrevista que Walker concedeu à Folha, em São Paulo.

*

Folha - A Fundação Ford decidiu colocar a desigualdade como centro de suas ações. Por quê?

Darren Walker - A escolha foi o resultado de um período extenso de observação dos principais desafios atuais.

Identificamos três áreas principais: mudanças climáticas, aumento da insegurança e crescimento da desigualdade.

Consideramos então quais ativos e capacidades temos para lidar com esses desafios. Vimos que o combate a desigualdade era onde seríamos mais capazes de agir de forma significativa.

Também levamos em conta que a desigualdade é algo que está presente em todas as partes do globo. Enquanto a insegurança está concentrada em locais

como o Oriente Médio, e talvez não seja uma questão tão crítica em toda a América Latina, por exemplo, a desigualdade é um problema que afeta a todos, aos EUA, ao Brasil, a Índia e a China.

A riqueza das 62 pessoas mais ricos do mundo é igual ao patrimônio da metade mais pobre da população mundial. Por que estamos nesta situação e o que fazer?

Não sou um economista, mas penso que, se procurarmos especialistas, o que vamos ouvir é que os motivos da desigualdade são técnicos, tais como a globalização, a economia do conhecimento e a automação.

Mas eu e meus colegas pensamos que existem outros geradores de desigualdade. E eles muitas vezes são ignorados, apesar de sua grande importância.

Existem narrativas culturais que reproduzem e justificam a desigualdade. Na Índia, por exemplo, é aceitável que as pessoas falem de castas inferiores, que vivem vidas de privação.

Devido a cultura dos EUA, mais homens negros são presos do que brancos, por causa das narrativas da sociedade norte-americana que dizem que homens negros cometem mais crimes.

Há narrativas sobre mulheres, que elas não podem subir ao topo no mundo corporativo ou que elas devem ter uma vida de exclusão.

Essas narrativas estão conectadas a outro gerador de desigualdade, que é o preconceito. Juntos, elas levam a criação de estruturas econômicas que impedem o crescimento desses grupos.

Essa busca por mudança de valores pode tocar em pontos sensíveis. No Brasil, por exemplo, há críticas à fundação por atuar junto a organizações que defendem o direito ao aborto. Como lidam com estas questões?

Em primeiro lugar, a fundação está para servir às aspirações da população brasileira. Não temos uma agenda. Ela é criada pelas instituições, líderes e organizações da sociedade civil que apoiamos.

Nosso trabalho é simplesmente apoiar as instituições e ideias que fortalecem a participação democrática e os desejos de todos os brasileiros.

Apoiamos aqueles que, na maior parte das vezes, têm suas vozes deixadas de lado, aqueles que estão fora da mesa em que são discutidas as grandes decisões e deveriam estar nessa mesa.

Qual sua opinião sobre a cultura de doações no Brasil?

Há uma comunidade emergente de doadores individuais, seguindo tradição que vem de John D. Rockefeller [1839-1937]. Também há práticas corporativas muito progressistas, de empresas que estão fazendo trabalho social muito importante para fazer coisas como aumentar o nível de educação, reduzir a pobreza.

Existe uma grande oportunidade aqui. Na última década, houve aumento da riqueza no Brasil e surgiram mais oportunidades de se fazer filantropia e construir uma cultura de doações.

No país, reclama-se que as doações têm poucos incentivos fiscais. Eles são mesmo necessários?

Se você falar com a maior parte dos filantropos norte-americanos, eles dirão que a estrutura fiscal incentiva as doações, que o fato de atividades de caridade serem privilegiadas ajuda o sistema.

Acredito que esses incentivos não são a única razão para a filantropia. As pessoas também são guiadas pelo impulso de melhorar sua comunidade e a vida de outros cidadãos. Mas penso que, certamente, os incentivos são importantes.

Como define o papel do governo e o do setor privado na busca por uma sociedade melhor?

É preciso que haja uma parceria. É necessário que o setor privado se engaje, porque ele é inovador e, muitas vezes, está preparado para assumir riscos.

Mas há coisas que realmente requerem colaboração, devido a sua necessidade de escala e a sua complexidade. Penso que precisamos de um sistema que seja um círculo virtuoso, contendo o setor público, o setor privado, a filantropia e a sociedade civil.

E deve-se tentar influenciar governos?

Penso que é possível. Nos países em que estamos no mundo, o governo é um parceiro.

Sou graduado graças a um programa que foi criado para ajudar a educar os mais pobres nos anos 1960 pela Fundação Ford. Ela atuou em parceria com o governo pois a ideia era que, quando a eficácia do programa fosse provada, ele fosse expandido para todo os EUA.

Estamos em uma posição de testar programas, de aceitar o alto risco envolvido neles e dispostos a enfrentar a necessidade de investimento inicial. Nos vemos em alguns casos como a área de pesquisa e desenvolvimento do governo e da sociedade.

Podemos confiar no setor privado, quando sabemos que há trilhões de dólares escondidos em paraísos fiscais, empresas que usam trabalho análogo à escravidão em suas cadeias produtivas e corrupção abundante?

Penso que o importante é criar uma democracia que seja resiliente e efetiva. É preciso construir uma sociedade civil vibrante, durável, respeitada, que seja capaz de chamar a atenção a injustiça onde quer que ela esteja.

Pode ser na política fiscal, no policiamento de áreas onde vivem afro-brasileiros ou no sistema de justiça.

Se você tem uma sociedade civil forte, todos terão uma voz para assegurar a justiça.

Quais as perspectivas futuras para doações da fundação?

Vamos fazer doações em duas áreas novas, que são muito relevantes para o Brasil. Uma delas é a dos direitos digitais, em que o país está na vanguarda.

Outra área é o que chamamos de investimento de impacto, ou seja, aqueles que buscam tanto retornos financeiros como também retorno social. Isso pode significar investir em energias limpas ou em uma unidade de saúde que atende pessoas com baixa renda.

Não é uma doação, é realmente um investimento, mas você entra no negócio

entendendo qual o benefício social e qual o retorno financeiro que será gerado pela companhia. O Brasil tem um cenário fantástico para isso.

Filipe Oliveira

Acesse o PDF: [Reduzir desigualdade vai além de dar dinheiro a pobres, diz Fundação Ford \(Folha de S. Paulo, 14/05/2016\)](#)

“Os Miseráveis” do Brasil: desigualdade social não é prioridade do governo

(UOL, 04/02/2016) De 2003 a 2010, 25 milhões de brasileiros saíram do estado de pobreza. Mas, com a recessão que assola o país, a redução das desigualdades deixou de ser uma prioridade

Eugênia Oliveira possui a resignação daqueles que a vida nunca poupou, e está feliz porque não há ratos rondando seu barraco de madeira. “Graças a Deus”. Eugênia tem 35 anos, seis filhos e em breve sete, vive em um dois cômodos de arquitetura tosca e perigosa em Paraisópolis, uma favela do sul de São Paulo, a megalópole brasileira. Uma cortina grudada separa a cozinha de cerca de 4m² de um quarto de dormir pouco maior, onde se amontoa a família em meio à sujeira e à umidade, com a televisão ligada na Globo, a emissora mais popular do país. “No inverno a gente congela, no verão a gente cozinha”, ela brinca.

Leia mais: [Igualdade em construção, por Flávia Oliveira \(O Globo, 04/02/2016\)](#)

Quando sua filha mais nova nasceu com um problema cerebral, Eugênia teve de deixar seu emprego de faxineira e a casa de alvenaria que ela ocupava em outra área da favela, por não poder pagar o aluguel exorbitante (R\$ 300) que o proprietário lhe pedia. Ela se mantém com o Bolsa Família, oferecido pelo Estado aos mais miseráveis em troca da escolarização dos filhos, e está esperando por uma pensão para sua filha.

Nessa noite de janeiro, a água da chuva misturada ao esgoto escorre ao longo de uma rua lamacenta. O cheiro de urina se mistura ao do de fritura das cozinhas dos arredores, em meio ao barulho gerado pela proximidade entre as casas. A algumas centenas de metros dali, é possível ver os prédios luxuosos do Morumbi, abrigando apartamentos de milhões de reais, com piscina, varanda e sauna, onde trabalham como empregados domésticos alguns moradores dessa favela.

Com esses contrastes chocantes, prova das vertiginosas desigualdades, Paraisópolis confirma as estatísticas que mencionam uma distorção da distribuição de renda equivalente à do início do século 19 na França ou no Reino Unido, época dos “Miseráveis” de Victor Hugo e dos romances de Charles Dickens, como lembrou no dia 5 de janeiro a revista semanal brasileira “Carta Capital”. Segundo a ONG Oxfam, 62 bilionários detêm uma riqueza equivalente à da metade da população mundial, ou seja, 3,6 bilhões de pessoas. Entre eles, há dois brasileiros: o empresário e ex-campeão de tênis Jorge Paulo Lemann e o banqueiro Joseph Safra.

No Brasil, os dados não permitem medir as desigualdades de patrimônio, mas só a diferença de renda já dá uma ideia do problema: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o 1% dos mais ricos, em 2014, ganhava em média R\$ 14.548 por mês, ante R\$ 155,00 no caso dos 10% mais pobres. Quase cem vezes menos. “É bem alarmante”, observa Marc Morgan Mila, aluno de Thomas Piketty, que está redigindo uma tese sobre as desigualdades brasileiras na Escola de Economia de Paris.

O temor de um retrocesso

Ele diz que o culpado disso é um sistema de tributação que, em certos sentidos, confere ao Brasil um aspecto de paraíso fiscal. As rendas obtidas

dos dividendos das empresas e recebidas por pessoas físicas não são tributadas, a tributação do patrimônio é quase inexistente, a das heranças é leve e o imposto sobre a renda é pouco progressivo, com uma alíquota máxima de 27,5% (contra mais de 40% na França). A maior parte das receitas fiscais vem dos impostos indiretos cobrados do consumo como o ICMS, que ricos e pobres pagam de maneira idêntica e injusta. No final, um milionário paga proporcionalmente 25% a menos do que um trabalhador de classe média.

“Após a abolição da escravatura em 1888, o Brasil não teve uma verdadeira reforma agrária, e assim foram perpetuadas as desigualdades de renda que também são desigualdades de gênero e de raça”, comenta André Calixtre, diretor de estudos no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em Brasília. Os grandes proprietários fundiários, ex-colonos, brancos, transformaram sua fortuna agrária em patrimônio industrial, financeiro ou imobiliário, enquanto os descendentes de escravos se mantiveram na pobreza. Em 2014, um homem branco ganhava em média R\$ 2.393,00, contra R\$ 956,00 no caso de uma mulher negra, ressalta Calixtre.

No entanto, o Brasil, ex-astro dentre os países emergentes, no começo dos anos 2000 tomou o caminho do desenvolvimento que primeiramente beneficiou os mais pobres. Com a ajuda do boom do preço das matérias-primas e da política social do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), que ocupou o poder de 2003 a 2010, 25 milhões de brasileiros saíram da pobreza. De 2002 a 2014, o salário mínimo aumentou 77% em termos reais, ou seja, bem mais que a renda média (+40%). Entre 2004 e 2014, o índice de brasileiros que vivem em extrema pobreza, com menos de US\$ 1 por dia (R\$ 3,93), caiu para um terço, de 9,37% para 3,09%.

“A desigualdade diminuiu, mas não o suficiente”, comenta Katia Maia, diretora da Oxfam Brasil. Para ir além, faltava a reforma fiscal que é o que se esperaria de um governo de esquerda. Pragmático, o ex-presidente tomou o cuidado de não assustar o “muro do dinheiro”: “O Lula concentrou sua ação em ajudar os mais pobres, sem incomodar os mais ricos”, resume Morgan Mila. Essa tática foi colocada em evidência por algumas pessoas desde que ele chegou ao poder em 2003, quando foi pela primeira vez à cúpula

econômica de Davos, símbolo do capitalismo, e a seu contraponto, o Fórum Social de Porto Alegre.

Hoje, a recessão, a inflação de dois dígitos e o aumento do desemprego trazem os temores de um retrocesso. Em 2015, o país perdeu 1,5 milhão de empregos e a economia informal vem crescendo. Só que “o melhor programa social é o emprego”, acredita Heloísa Oliveira, da fundação Abring, que visa proteger as crianças e os adolescentes. “A crise pode agravar a vulnerabilidade dos mais jovens”, ela diz preocupada, lembrando que em 2010 19% das mães brasileiras tinham menos de 19 anos e que, no Nordeste, mais de um terço da população tem entre 0 e 18 anos e vive em favelas. Em certos Estados como o Acre, na Amazônia, o mais pobre do país, o coeficiente Gini, que mede as desigualdades, voltou a se agravar em 2015. Oliveira lamenta que não se tenha colocado mais ênfase na educação, pensando no futuro.

Mas não é mais tempo de gastar. A presidente Dilma Rousseff (PT), ameaçada de impeachment, desde 2014 parou de conduzir uma política social seguindo o modelo de seu antecessor, passando a adotar o rigor. Mesmo os sagrados gastos com o Carnaval, que será no início de fevereiro, foram revistos para baixo. Essa austeridade pode se revelar positiva caso Brasília reforme um Estado gastador e pouco eficiente, mas também negativa caso os cortes orçamentários sejam feitos de qualquer jeito e afetem os programas sociais, a ponto de comprometer a ambição do Brasil de fundar uma sociedade mais igualitária.

Claire Gatinois

[Acesse no site de origem: “Os Miseráveis” do Brasil: desigualdade social não é prioridade do governo \(UOL, 04/02/2016\)](#)

Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil

(Carta Capital, 08/12/2014) Apesar do Brasil ter saído do mapa da fome no mundo, muitas comunidades tradicionais brasileiras localizadas em áreas de difícil acesso ainda vivem em situação de risco. O relatório divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) no final de novembro revela que 55,6% dos adultos residentes em comunidades quilombolas vivem com fome ou sob o risco de inanição. A mesma realidade, embora em números um pouco menores, se reproduz na população infantil, na qual 41,1% das crianças e adolescentes quilombolas está sob esta condição. O cenário de fome não é o único problema. A pesquisa, realizada em 97 áreas, em 2011, revela grande vulnerabilidade social em outros índices como o acesso à água encanada, presente em menos da metade de domicílios, saúde e educação.



Comunidades quilombolas sofrem com isolamento e falta de apoio dos municípios, que geralmente também são pobres e possuem baixo orçamento e IDH (Foto: Carta Capital)

Majoritariamente compostas por negros, as comunidades quilombolas surgiram entre os séculos 16 e 19 durante escravidão, quando os quilombos eram refúgios de escravos fugidos da violência e da opressão de seus senhores. Com medo de serem recapturados, os escravos se forçaram a viver isolados, em regiões de difícil acesso, e de maneira autossuficiente. A lógica do isolamento prosseguiu depois da abolição da escravidão, quando muitos quilombos optaram por permanecer como povoados, e segue até hoje. Foi apenas com a Constituição Federal de 1988 que os moradores dos quilombos se transformaram em quilombolas e foram reconhecidos como comunidades tradicionais, com direito à propriedade e ao uso da terra ocupada.

Hoje, 2.431 comunidades quilombolas estão homologas pelo governo federal.

O número é três vezes maior do que o reconhecido até 2003. Ainda estão à espera da decisão federal outras 330 comunidades e mais 21 estão para ser oficializadas.

A homologação da terra pelo governo, contudo, não garante a melhoria da qualidade de vida dentro das áreas quilombolas. Segundo o levantamento do MDS, mais de 60% das lideranças quilombolas afirmam que não ocorreram alterações positivas em relação à infraestrutura de água e esgoto após a titulação do território. Além disso, constatou-se que apenas 5% dos domicílios tinham acesso a esgoto sanitário e menos de uma em cada dez casas contava com coleta de lixo.

Alexandro Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-brasileiro da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura, diz que a melhora dos indicadores é uma corrida contra o relógio. “Os levantamentos do gênero começaram em 2003, antes não se sabia nem quem era quilombola. Desde então, houve uma reunião de esforços políticos e institucionais para se reconhecer áreas quilombolas e levantar suas demandas com o Programa Brasil Quilombola”, conta.

O Programa Brasil Quilombola envolve 23 ministérios e órgãos federais para garantir o acesso à terra e melhorar as condições de vida nas comunidades, entre outras ações. Faz parte do programa o atendimento das comunidades por programas sociais, como o Bolsa Família. A pesquisa do MDS, no entanto, indica que ainda existe dificuldade logística para acessar o programa de transferência de renda. De acordo com os dados, em 2011, apenas 61% dos domicílios contavam com o Bolsa Família, sendo que outras três em cada dez casa eram ajudadas com cestas básicas distribuídas por diferentes entidades. Ao todo, 45% da população quilombola na época vivia com até 70 reais ao mês. “A marginalização da população negra e quilombola no Brasil é algo histórico, diretamente ligado à discriminação e ao racismo. Equipá-los agora com programas de infraestrutura e transferência de renda é uma reparação histórica urgente”, argumenta Reis.

Além da pobreza, a pesquisa também revelou que não há agentes comunitários de saúde em 15% das comunidades visitadas. Em áreas como as regiões quilombolas, os agentes de saúde são considerados pelo Ministério

da Saúde como a forma de assistência médica primária - sem eles não há nenhuma assistência de saúde para os moradores.

Isolamento e pobreza

A solução, segundo Reis, passa obrigatoriamente por aprofundar as relações entre o governo federal e os estados e municípios. “Muitas das áreas quilombolas se encontram em rincões de pobreza no País. A situação precária em que elas estão deve ser analisada considerando o entorno”, diz. Este é o caso de Ana Emília Moreira Santos, 53 anos, da comunidade Quilombo Matões dos Moreira, situada próximo ao município de Codó, no Maranhão.

Entre as cidades brasileiras, Codó se posiciona nas últimas posições do ranking que mede a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, o chamado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) criado pelas Nações Unidas (ONU). Entre os 5.565 municípios brasileiros, Codó está na 4.255ª posição.

Mais grave é a situação dentro da comunidade de Ana Santos, que está em processo de certificação e ainda reproduz as mesmas mazelas notadas na pesquisa de 2011. “A água aqui não presta. É salgada e não serve para lavar, beber ou banhar. Só presta para regar as plantas”, conta. O gosto salgado deve-se à alta concentração de calcário no poço artesiano de onde a água é extraída. “Água pra beber é só a do caximbão [nome dado ao poço cavado manualmente]”, completa.

O Quilombo Matões dos Moreira fica a 58 quilômetros de distância de Codó. Não há estrada que ligue a comunidade ao município, o que contribui para seu isolamento e vulnerabilidade social. “Carro mesmo só entra uma vez por semana e no verão. No inverno [temporada de chuva], só saímos de barco, depois de atravessar 6 quilômetros de lama a pé, até chegar na MA [estrada estadual] e daí pegar um pau-de-arara [caminhonete improvisada para o transporte de pessoas]”, conta Ana Santos. Para ela, isso impede que os moradores mais pobres da comunidade façam o cadastro único do governo federal e tenham direito ao Bolsa Família. “Nós vivemos do que a agricultura familiar nos dá e quem é mais pobre não tem condições. Temos que quebrar coco, colher babaçu ou vender galinhas e peixes para conseguir uma renda

extra que pague a passagem para a cidade”, diz. “Se tivesse a estrada, ao menos, seria mais fácil, mas a impressão que dá é que eles querem que continuemos assim abestalhados para não reclamarmos de nada”, completa.

Outro problema é o descaso das prefeituras. De acordo com a pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social, uma em cada cinco prefeituras demonstrou desinteresse ou recusa em deslocar um agente social para cadastrar comunidades quilombolas no Cadastro Único, a base do pagamento do Bolsa Família. Em face disso, o governo espera que essas questões junto aos municípios sejam superadas nos próximos quatro anos.



Garoto no Quilombo Kalunga, no interior de Goiás. Um reflexo da insegurança alimentar, que acomete quase metade das crianças quilombolas, é a baixa estatura dos jovens, aponta o estudo (Foto: Carta Capital)

Apesar dos obstáculos, o Quilombo Matões dos Moreira tem acumulado vitórias. “Vencemos uma disputa por terra na Justiça, no ano passado, e agora finalmente teremos nossa terra demarcada pelo Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária]. Agora temos duas escolas de alternância na comunidade, o que permite que as crianças estudem metade do mês na comunidade e a outra metade na cidade. E também conseguimos o dinheiro federal para construir a estrada há dois anos, agora só falta a prefeitura fazer o que ainda não fez”, relata Santos.

O atraso nas obras que atendem comunidades quilombolas é algo comum no Brasil. Segundo Alexandre Reis, da Fundação Palmares, muitos municípios usam verba destinada a comunidades tradicionais, como os quilombolas, para outras obras que não as beneficiam. “Isso ainda é visto no País, mas o governo federal tem cobrado mais os governos e estados para garantir que o dinheiro tenha a destinação correta”, afirma. Hoje, apenas a Fundação Palmares, que presta assistência aos quilombolas, conta com um orçamento de 13 milhões de reais por ano.

Para Reis, programas federais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida têm melhorado a qualidade de vida nas comunidades e gerado renda. Ainda assim, é necessário articular melhor as ações e o diálogo com as

idades. “Após o relatório, o governo fez buscas ativas em comunidades de difícil acesso para cadastrar os moradores no programas”, conta. “Investimento e acompanhamento não faltam. O que falta agora é estabelecer um plano de metas claro para os quilombolas e um maior envolvimento com os municípios, que muitas vezes negligenciam as comunidades”, completa.

Em entrevista concedida para a Carta Capital, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, admitiu a dificuldade do governo em acessar as comunidades quilombolas, muitas vezes isoladas, e prometeu políticas públicas específicas para atendê-las. “Estamos fazendo políticas específicas. Desenvolvemos estratégias de busca ativa diferenciadas para indígenas, quilombolas e população de rua, na tentativa de incluí-los nos programas sociais do governo federal”, afirma. Segundo Campello, o MDS também investiu na contratação de assistência técnica específica para quilombolas a fim de garantir o desenvolvimento das comunidades sem desrespeitar suas culturas tradicionais.

Hoje, as regiões quilombolas com maior vulnerabilidade se encontram no Baixo Amazonas, seguidas pelo Nordeste Paraense e o Norte do Maranhão, onde está o quilombo de Ana Emília Santos.

Marcelo Pellegrini

Acesse no site de origem: [Mais da metade da população quilombola convive com a fome no Brasil \(Carta Capital, 08/12/2014\)](#)

População negra é maior beneficiária dos programas

sociais

(O Estado de S. Paulo, 15/10/2014) Os programas sociais do governo não são voltados especificamente para a população de negros e pardos do País. A cada vez que se analisa os resultados desses programas, porém, o que se verifica é que beneficiam sobretudo essa parcela dos brasileiros.

Das 14 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família, 73% são de negros e pardos. E 68% delas são chefiadas por mulheres negras, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social.

Do conjunto de 22 milhões de pessoas, que, com os programas sociais, conseguiram sair da faixa da extrema pobreza, 78% são negras e pardas.

Para onde quer que se apontem os indicadores, os resultados coincidem. De um total de 214 mil famílias de quilombolas que existem no País, segundo estimativas oficiais, 108 mil fazem parte do Cadastro Único - que reúne informações sobre as famílias mais carentes. Desse total listado, 80% delas recebem recursos do Bolsa Família.

Como explicar isso? Não é pela quantidade de negros e pardos no conjunto da população. Eles totalizam 50,7% dos brasileiros, segundo o IBGE.

A explicação está em outro lugar. Começa com a abolição da escravatura, em 1888, após quase 4 milhões de negros terem sido traficados da África para o Brasil.

Nosso País foi o último, entre todos os países que se autoproclamavam de tradição ocidental e cristã, a libertar os escravos. Além de tardia, a libertação não foi seguida de nenhuma ação que pudesse beneficiar os negros, que até então não dispunham de nenhum tipo de direito. Não eram considerados cidadãos.

Eles foram jogados para fora das grandes propriedades rurais sem qualquer tipo de apoio. Não se pensou, por exemplo, num programa especial de escolarização, como ocorreu nos Estados Unidos. Imagine-se o efeito disso num País onde analfabetos só foram conquistar o voto depois de cem anos,

com a Constituinte de 1988.

Os negros não receberam terras. Nem empregos. Os grandes proprietários rurais preferiram importar mão-de-obra da Europa, especialmente da Itália.

As consequências disso são visíveis até hoje em todos os indicadores sociais. Seja na saúde, na educação, nos empregos, no nível dos salários, negros e pardos ocupam sempre as piores posições.

Não é por acaso, que, ao se estender como uma rede sobre os locais onde se concentra a população mais pobre do País, os programas acabem pescando principalmente negros e pardos.

Outros dados do MDS sobre essa questão, em outros programas:

* Do total de 1 milhão de cisternas entregues pelo Programa Água Para Todos, 80% têm responsáveis negros

* Negros e pardos somam 80% das famílias do Cadastro Único atendidas pelo Luz Para Todos

* 68% das matrículas contabilizadas nos cursos técnicos (Pronatec) oferecidos para beneficiários do Bolsa Família

* 70% das 724 mil famílias de baixa renda beneficiadas com unidades habitacionais do Minha Casa Minha Vida

Roldão Arruda

Acesse o PDF: [População negra é maior beneficiária dos programas sociais \(O Estado de S. Paulo, 15/10/2014\)](#)

O papel das mulheres nos programas sociais, por Paulo Nogueira Batista Jr

(O Globo, 13/06/2014) Decisão de privilegiar a mãe no Bolsa Família, tomada por Lula no início do seu governo, foi acertada

Um aspecto não tão conhecido dos programas sociais brasileiros, especialmente aqui no exterior, é a centralidade do papel da mulher. O Bolsa Família é concedido sempre à mulher — a não ser nos casos em que o pai tem a guarda judicial dos filhos.

A experiência vem mostrando que a decisão de privilegiar a mãe, tomada pelo próprio presidente Lula no início do seu governo, foi uma decisão acertada, provavelmente essencial para o sucesso do programa. Como se sabe, o Bolsa Família abandona a ideia tradicional de tutelar os gastos e o consumo dos beneficiários. Não se trata de distribuir cestas básicas, merendas, leite ou vales. Nem de microadministrar e controlar o uso que as famílias pobres fazem da renda transferida.

A distribuição de alimentos ou outros produtos dá margem a desvios, perdas e se mostra em geral ineficiente. O pressuposto do Bolsa Família é que, em última análise, o beneficiário conhece melhor as suas prioridades e necessidades do que burocratas governamentais, por mais bem intencionados que estes possam ser. O programa tem apenas duas condicionalidades: manter as crianças na escola (a frequência mínima é de 85%) e levá-las periodicamente a um posto de saúde; gestantes e nutrizes também têm de fazer o pré-natal e seguir acompanhamento especial.

Por que privilegiar a mulher? Por que dar a ela — e não ao homem — o cartão de débito que dá acesso às transferências do Bolsa Família? Estive recentemente em duas reuniões com a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e sua equipe, e acredito entender um pouco mais as razões.

Primeiro, de qualquer maneira, muitas famílias pobres são lideradas

exclusivamente por mulheres, com os homens se notabilizando pela ausência. Na presença do homem, o risco é que o dinheiro a ele transferido tenha outra destinação que não as crianças — ponto que o próprio ex-presidente Lula costuma enfatizar. Mas isso talvez nem seja o principal. O homem tende a ser menos pragmático, talvez mais sonhador. Pode, por exemplo, tentar abrir um pequeno negócio em condições precárias e apostar o pouco dinheiro que recebe em um microempreendimento de risco. No final, a família fica desassistida.

Já para a mulher, observa a ministra Tereza: a prioridade número um são as crianças; a número dois, as crianças; a número três, as crianças. O dinheiro transferido é usado para comprar comida para a família, roupa, remédios e para equipar minimamente a casa.

Levei recente missão do FMI para conversar com a ministra Campello e sua equipe. Creio que eles aprenderam tanto quanto eu. Conversei também a respeito com a diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, enfatizando que a experiência brasileira precisa ser mais estudada no exterior. Ela mencionou que gostaria de visitar novamente o Brasil para conhecer melhor os programas sociais brasileiros e o papel que as mulheres desempenham na sua execução.

Paulo Nogueira Batista Jr. é economista e diretor executivo pelo Brasil e mais dez países no Fundo Monetário Internacional, mas expressa os seus pontos de vista em caráter pessoal

Acesse em pdf: [O papel das mulheres \(O Globo, 13/06/2014\)](#)

Dilma destaca que mulheres são maiores beneficiárias de programas sociais

(Agência Brasil) A presidenta Dilma Rousseff fez hoje (8) pronunciamento em rede nacional de rádio e televisão para lembrar o Dia Internacional da Mulher. Ela apresentou números relacionados à participação do público feminino nos principais programas do governo federal e saudou as mulheres como a “maior força emergente no mundo”.

A presidenta ressaltou que, entre as 20 maiores economias do mundo, o Brasil é a que tem mais mulheres empreendedoras. E esse quadro, segundo ela, foi proporcionado pela abertura de linhas de crédito, como a do Programa Crescer, que tem 60% das operações feitas por mulheres. “Somos um país líder no empreendedorismo feminino porque a mulher brasileira tem a sensibilidade de perceber que, abrindo um negócio próprio, ela pode administrar melhor sua vida e a de sua família.”

No pronunciamento, Dilma também garantiu que o público feminino tem sido o mais beneficiado pelas ações governamentais como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Segundo ela, dos quase 1 milhão de matrículas do programa, depois que foi integrado ao Brasil sem Miséria, 650 mil são de mulheres. “São mulheres que saem definitivamente da pobreza, aprendendo uma profissão”, lembrou.

Outros programas sociais também foram elencados pela presidenta como “fortalecedores” do papel social da mulher. Segundo ela, 72% das propriedades da reforma agrária e 93% dos cartões do Bolsa Família estão em nome de mulheres. “Essas novas oportunidades garantem maior autonomia e independência às mulheres e são decisivas para romper o ciclo de violência em que muitas delas ainda vivem. No entanto, precisamos avançar e criar novos instrumentos”, disse Dilma.

A presidenta apontou como principais preocupações o combate à violência

doméstica e às desigualdades no ambiente de trabalho. Além de garantir o acesso de mulheres a postos de comando, Dilma lembrou que elas ainda precisam trabalhar. “Vejo que é preciso garantir mais creches para cortar a desigualdade pela raiz, dando às crianças pobres as mesmas oportunidades de crianças de classe média, mas também para facilitar o acesso de suas mães ao trabalho”, disse.

A presidenta concluiu o pronunciamento reconhecendo que ainda é preciso fazer muito mais pelas mulheres, e ressaltou que este é o século das oportunidades. “Este é o século do Brasil. E este é, sem dúvida, o século das mulheres. A mulher é a nova força que move o Brasil.”

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil Edição: Fernando Fraga

Credito da imagem: Bruno Spada/MDS

Acesse em pdf: [Dilma destaca que mulheres são maiores beneficiárias de programas sociais \(Agência Brasil - 08/03/2014\)](#)